

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 4.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**(Convocação Extraordinária)**  
**Realizada em 23 de março de 1971 — (3.<sup>a</sup>-feira)**

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados: Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rorásio Pitelli, Acyr José, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manuel, Gilberto Carvalho Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Larsaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuck, Maucício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krügger, Odilon Reinhardt, Ovídio Luiz Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Agnaldo Pereira Lima, Arizone Araujo, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, João Fadel, Francisco Escorsin e Pinto Dias (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
**E X P E D I E N T E:**

**MENSAGEM**

4-71

Curitiba, 23 de março de 1971.

Senhor Presidente:

Em aditamento à Mensagem n. 2-71, de 16 do corrente mês, que convocou essa Augusta Assembléia Legislativa para período extraordinário de reuniões, tendo a honra de solicitar a Vossa Excelência, sejam incluídas entre as matérias a serem apreciadas, as constantes das Mensagens n.ºs 17-67, de 6 de maio de 1967; 23-70, de 17 de julho de 1970; 36-70; de 2 de outubro de 1970, e 44-70, de 26 de outubro de 1970, todas em tramitação nessa Casa de Leis, bem como a Resolução n. 17-69.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) — HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado  
A Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Sob o n. 128-70, do Senhor Governador do Estado, comunicando que em data de 12 de outubro do ano próximo findo, promulgou a lei que dispõe sobre a criação de 1.500 (hum mil e quinhentos) cargos de Professor de Ensino Médio (Licenciado), nível 22, Código M-201, encaminhada a esta Casa através da Mensagem n. 24-70, tendo, tal projeto, sido considerado aprovado nos termos dos parágrafos 3.º e 5.º, do art. 25, da Constituição Estadual. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n. 129-70, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado o Projeto de Lei n.:

121-70: Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Distrito de Campo Magro, Município de Almirante Tamandaré, um curso ginásial, para funcionar a partir do próximo ano letivo, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.157. — **Agradeça-se.**

Sob o n. 127-70, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei n.:

166-70: Do Senhor ex-deputado Estadual Roberto Wypych, que autoriza o Poder Executivo a criar na Federação das Escolas Superiores de Cascavel sob forma de Fundação de Direito Público. — **A C.C.J.**

Sob o n. 154-70, do Senhor Governador do Estado, acusando o recebimento do Requerimento do Senhor Deputado Ivo Tornazoni, comunicando que o referido expediente, foi encaminhado ao órgão competente naquele Poder, para as medidas que se fizerem cabíveis. — **Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.**

Sob o n. 137-70, do Senhor Governador do Estado, encaminhando cópia do Parecer n. 6.258 do Departamento Estadual do Serviço Público, que responde à consulta formulada pela Associação dos Professores Licenciados do Norte do Paraná, em atenção ao Requerimento do Senhor Deputado Igo Iwant Losso. — **Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.**

Circular firmado pelo Senhor Deputado Washington Wilson de Almeida e Stefano, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, comunicando haver sido eleita a nova Mesa Executiva daquele Poder. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 56, do Senhor Deputado Emir de Macedo Gomes, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva da Sétima Legislatura daquele Poder. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 89-71, do Senhor Deputado Jonas Leite Chaves, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Diretora daquela Assembléia, para o biênio 71-73. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Do Senhor Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, comunicando que assumiu as funções de 4.º Secretário da Câmara dos Deputados, para o biênio de 1.971-1972. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Da Câmara Municipal de Colorado, encaminhando cópia da ata de Encontro de Prefeitos em Colorado, com referência à distribuição dos novos índices para o exercício de 1971, uma vez que, com a validade dos mesmos, a maioria dos municípios não terão condições de sobrevivência, razão pela qual, solicita dos Senhores Parlamentares deste Poder que, junto ao Senhor Secretário da Fazenda, seja solicitado uma reformulação nos estudos atuais dos índices da cota parte dos municípios no fundo de participação do Imposto de Circulação de Mercadorias ICM. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n. 65-70, do Departamento de Previdência do IPASE, prestando informações a Requerimento do Senhor Deputado Nelson Buffara. — **Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.**

# REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício à Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, no sentido de que seja estendida energia ao progressista município de Bituruna, no qual está localizado a Usina de Salto Grande do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Domicio Scaramela

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requerem:

1.º — Seja inserto na ata dos trabalhos desta Sessão um voto de louvor ao vereador Edgar Felipe Dantas Pimentel, pela sua dinâmica e esclarecida atuação como Prefeito Municipal de Curitiba, interino;

2.º — seja desta decisão dada ciência à Comissão Executiva da Câmara Municipal de Curitiba.

(a) Acyr José

### JUSTIFICATIVA:

Sempre tivemos, ao longo de nossa vida pública, a precaução do comedimento no uso de expressões elogiosas em relação à atuação de pessoas investidas em cargos de relevância política ou administrativa, primeiramente para evitar precipitação no julgamento, e, depois, para esquivar-nos de interpretações desviadas de nossa verdadeira intenção.

Assim e tendo em conta o que expendemos, sentimo-nos à vontade para ocupar esta tribuna e, aqui e agora, fazer tributo de justiça ao nobre vereador Edgar Felipe Dantas Pimentel, que, como Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Curitiba, assumiu, por duas vezes, em caráter interino, a Prefeitura Municipal de Curitiba, função na qual elevou o conceito de honradez e capacidade do Legislativo Municipal e soube manter, mesmo em emergência, o ritmo de obras reclamadas pela administração da cidade.

O Prefeito Edgar Felipe Dantas Pimentel no pequeno lapso de tempo em que chefiou o Executivo Municipal demonstrou ser homem público afeito aos problemas da Capital do Paraná e, mesmo sem poder formar equipe sua tomou determinações que em muito repercutirão na elevação do nível de bem estar da população da cidade. Dinâmico, não deixou-se o Prefeito Edgar Felipe Dantas Pimentel envolver-se pela complexidade da administração municipal e, em pouco tempo, assenhorou-se de suas peculiaridades e impôs, em todos seus setores, a marca de sua personalidade voltada para o bem coletivo.

Consideramos, portanto, que, às vésperas do dia em que o vereador Edgar Felipe Dantas Pimentel, deverá passar o cargo que honrou e dignificou em seu exercício interino, ao seu sucessor legal, esta Assembléia Legislativa do Paraná cumprirá seu dever registrando, em seus anais, a satisfação do povo aqui representado pelo êxito da administração do Prefeito interino Edgar Dantas Pimentel.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Colenda Assembléia Legislativa

### REQUER

1.º — seja inserido na ata dos trabalhos de hoje um VOTO DE PESAR pelo falecimento do jornalista Sadi Corrêa, que por muitos anos prestou muitos e valiosos serviços ao Comitê de imprensa da Câmara Municipal de Curitiba.



2.o — Seja, desta decisão, dada ciência à família enlutada e a Câmara Municipal de Curitiba através de expediente da Comissão Executiva desta Casa.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) Acyr José

#### JUSTIFICATIVA

O jornalista Sadi Corrêa, cujo falecimento pretendemos seja registrado com Voto de Pesar, desta Assembléia Legislativa foi, em vida, profissional exemplar, que sempre se houve com honra e dignidade no exercício de sua tarefa de formação e informação da opinião pública, projetando, pelos comentários sóbrios e afeitos à verdade, uma imagem verídica do poder legislativo municipal.

Além do mais, era pessoa humana de irradiante personalidade e conquistava, com certa facilidade, amigos e admiradores, quer por seus dotes de coração, quer por sua capacidade profissional.

Entendemos que esta Assembléia Legislativa bem representará os sentimentos de pesar de nossa comunidade, registrando em seus anais, o infausto acontecimento que atingiu, de modo particularmente forte, aqueles que, como nós, com ele convivemos e pudemos descobrir, nos contactos permanentes, aquelas virtudes que são apanágio dos verdadeiros homens de imprensa.

Os nobres Deputados certamente também assim o entenderão e darão seu indispensável e honroso apoio à nossa proposição.

#### REQUERIMENTO

SUMULA: Faz apêlo à S.E.C. para solução de problema escolar em Guarapuava.

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Haroldo Carvahido, Digníssimo Secretário de Educação e Cultura, fazendo apêlo no sentido de que aquela Pasta resolva com a máxima urgência, a grave situação educacional existente no município de Guarapuava, onde aproximadamente 1.000 alunos matriculados se encontram sem professoras e outros 2.000 não conseguiram se matricular.

Esta situação anômala, provocada pela exoneração de professoras municipais, está provocando crise educacional de grande envergadura no referido Município.

Por outro lado, faz apêlo ainda, para que sejam regulados os pagamentos dos vencimentos dos professores que lecionam na Faculdade de Filosofia e de mais estabelecimentos primários, que se encontram em atraso há vários meses.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer à Mesa, seja encaminhado ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitação através de ofício, no sentido de autorizar com a maior brevidade possível, a conservação da estrada estadual que demanda de União da Vitória à Bituruna e Bituruna à Palmas, conservação esta, que deveria ser feita com desmata, drenagem e revestimento de pedras britadas, visto que esta estrada encontra-se em precárias condições de uso, não satisfazendo os moradores da região.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Domício Scaramella

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se digne oficial ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes e ao Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem — DER, solicitando o início das obras da rodovia Arapongas-Astorga, já incluída no orçamento do Estado para o ano em curso, sob a dotação orçamentária de n.º 71-42-62-03-0 projeto n.º 2.03.

O pedido visa concretizar não só uma antiga aspiração das duas progressistas comunas que denominam a ligação, mas, de toda região.

Com efeito, uma vez realizada, essa obra viria desafogar, em grande parte, o movimento da BR-369, no que diz respeito aos serviços que demandam Maringá, procedentes de toda região.

Desnecessário acentuar o seu valor sócio-econômico, mesmo porque a pavimentação da dita estrada já se acha incluída no orçamento em vigor.

Ademais, a concretização de tal obra, constitui, por sem dúvida, uma das mais antigas promessas governamentais formuladas àquela região.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — José Muggiati Filho

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, obedecendo o Regimento Interno, depois de ouvido o Plenário, requer a inserção em ata de um voto de congratulações ao Exmo. Sr. Governador Haroldo Leon Peres pela escolha do seu secretariado.

Requer, ainda que, do presente sejam enviadas cópias, de inteiro teor à todas as autoridades citadas na justificação.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

### JUSTIFICATIVA:

Quando se está por trás das cortinas. Quando se tem a noção perfeita de tudo aquilo que nos rodeia. Quando se tem a noção de um mandato a cumprir e da parcela de responsabilidade que nos foi outorgada pelo povo, e confiada pelos governos da Revolução, podemos, com a alma tranquila, fazer nosso primeiro pronunciamento neste segundo mandato que começamos a cumprir.

Nos faltam alguns companheiros que não conseguiram sua reeleição. Dos bons, guardamos a amizade.

Vieram novos Deputados, vitoriosos nas urnas, que mereceram o voto popular. A eles já dedicamos a nossa simpatia e manifestamos as fraternas boas-vindas.

São novos Deputados que darão a esta Casa o brilho das suas inteligências e sua colaboração para o engrandecimento do nosso Estado que desde o dia 15 do corrente tem um novo Governador, um Governador da Revolução. E, é a esse Governador que estamos formulando nosso voto de congratulações.

Foi há quase um ano que o Presidente Emílio Médici, 3.º Presidente da Revolução, houve, por bem, superior o nome do então deputado Haroldo Leon Peres para Governador do Paraná nas eleições de 3 de outubro de 1970. Lembremo-nos que essa indicação não só é do Presidente da República mas, também, de um membro do nosso partido, como o é o General Emílio Médici da Aliança Renovadora Nacional.

De lá para cá, se Haroldo Leon Peres era conhecido como homem de Maringá, como ex-deputado estadual, como deputado federal, tornou-se, então, conhecido como o novo Governador do Paraná. Em todos os quadrantes do

nosso Estado, cidades, vilas e povoados, milhares de paranaenses apertaram suas mãos e ouviram suas palavras, palavras de fé e esperança, de ordem e de progresso.

Hoje já temos Haroldo Leon Peres no Palácio Iguaçu, inaugurando uma nova etapa, um novo capítulo, na história do Paraná. Agora como governador de fato e de direito. E, por feliz coincidência às vésperas do 7.º aniversário da Revolução que, na firmeza das suas bases e diretrizes, leva o Brasil para melhores dias.

Que Deus auxilie o Governador Haroldo Leon Peres a conduzir o Paraná para dias cada vez melhores, não só para o Estado, como também para seu povo que tanto necessita de paz e tranquilidade para continuar alcançando nosso porvir.

Na campanha eleitoral, muitas vezes, acompanhamos o novo Governador. Sentimos suas idéias e vimos suas maneiras. Começamos, então, a sentir a tranquilidade, que agora temos, de ver no Governo um cidadão na plena maturidade de sua vida política; um homem disposto a trabalhar e construir; um homem honesto e digno, que sabe analisar, observar e concluir. Enfim, o Paraná pode contar que está entregue à boas mãos e uma das provas é a acertada escolha que fez do seu secretariado. Não vemos, entre os convocados, elementos que possam ser apontados como ligados a grupos políticos ou econômicos. Vemos homens capazes e com boas folhas de serviços prestados a coletividade, que conhecem a missão a cumprir.

Assim temos:

Na Casa Civil — Milton Menezes

Na Casa Militar — Arivonil Fernandes dos Santos

Na Secretaria do Interior e Justiça — Ruy Ferraz de Carvalho

Na Secretaria da Fazenda — Lineo Emilio Kluppel

Na Secretaria de Obras Públicas — Cassio Bittencourt Macedo

Na Secretaria de Agricultura — Carlos Affonso Meissner Osório

Na Secretaria da Saúde — Daniel Egg

Na Secretaria de Educação — Haroldo Souto Carvalhido

Na Secretaria do Trabalho — Nabor Moraes Netto

Na Secretaria do Governo — Cícero Heleno Sampaio Arruda

Na Secretaria de Segurança — Pérsio Ferreira

Na Secretaria dos Transportes — Walfrido B. Strobel.

E assim, senhores Deputados, essa equipe é que nos dá a certeza de que poderemos transformar em obras os nossos projetos legislativos; que poderemos atender as justas reivindicações do nosso interior; que nos dá a certeza de que logo, com a Graça de Deus, seremos um Estado Industrial apto a acompanhar os passos largos do Brasil Grande.

Poderemos esperar, dentro em pouco, o surgimento da nossa indústria de ferro; da indústria pesqueira; a valorização do litoral; a ligação ferroviária do Porto de Paranaguá com o Paraguai; a nossa química e, acima de tudo, o bem estar e o progresso da nossa gente.

Confiamos na Revolução e no Governador Haroldo Leon Peres e pedimos a Deus que seus propósitos sejam alcançados.

Aos nobres Deputados pedimos o apoio para este voto que traduz nossos propósitos de congratulações pela escolha do senhor Governador. São Homens que merecem a confiança do Governo e a nossa também. Obrigado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário REQUER a Vossa Excelência, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Haroldo Leon Peres, Digníssimo Governador do Estado no sentido de que o mesmo determine providências urgentes para o início das obras de asfaltamento da Rodovia Londrina-Bela Vista do Paraíso-



Pôrto Alvorada, face ao estrangulamento econômico ali verificado para o escoamento da produção.

Região das mais ricas do Estado, ressentem-se a mesma das deficiências de suas vias de transporte que estão emperrando o grande surto desenvolvimentista de sua produção. Com isso resultam prejuízos enormes para os produtores e, também, ao Estado, que deixa de arrecadar maiores tributos. No aspecto social, além do esvaziamento da região em consequência desse desestímulo econômico, a falta de uma estrada condizente com o progresso local, não permite um fácil acesso por parte dos estudantes às escolas da Região.

O asfaltamento da Rodovia Londrina-Bela Vista do Paraíso-Pôrto Alvorada se constitui, desse modo, em obra imperiosa e de urgente necessidade.

Sala das Sessões, em 23 de Março de 1971.

(a) — Alvaro Dias

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer a mesa, após ouvido o Plenário, na forma do Regimento Interno, que se registre na Ata dos trabalhos de hoje, voto de louvor ao Excegentíssimo Senhor Governador do Estado, pela feliz escolha do Exmo. Sr. Dr. Carlos Afonso Meissner Osório, ilustre cidadão descendente de tradicional família paranaense, para exercer o cargo de Secretário de Agricultura.

O ilustre Secretário, fazendeiro dos mais prósperos do município de Cornélio Procopio, representa a maior esperança para os agricultores do nosso Estado, pois o seu profundo conhecimento dos assuntos agrícolas, aliado à sua inteligência privilegiada e o seu grande amor ao Paraná, contribuirá decididamente para a concretização da missão de reerguimento do nosso Estado no setor que lhe está afeto, e que se propôs o íntegro Governador Haroldo Leon Peres.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento, através de cópia autêntica, ao ilustre Governador e ao Secretário de Agricultura.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Rosário Pitelli

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, que se oficie, em termos de solicitação, ao Ilustríssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas Engenheiro Cássio Bittencourt Macedo, no sentido de autorizar seja designada uma Comissão de seus Engenheiros, a fim de proceder uma vistoria no prédio onde funciona o atual Grupo Escolar Iza Mesquita, da cidade de Umuarama.

Cabe ressaltar, que a presente solicitação prende-se ao fato de o referido estabelecimento de ensino não oferecer nenhuma condição para o seu normal funcionamento, tendo inclusive, o teto de uma de suas salas prestes a desabar, colocando em risco, a vida de alunos e professores.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Marciano Baraniuk

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

AUTOR: Dep. José Lázaro Dumort

SÚMULA: "Requer encaminhamento ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem de um apêlo no sentido de serem tomadas as providências para o aceleração da implantação asfáltica da Rodovia Londrina-Mauá".

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem de um apêlo, no sentido de serem tomadas as providências necessárias, a fim de serem acelerados os trabalhos de implantação asfáltica na Rodovia que liga a cidade de Londrina ao Distrito de Mauá, Município de Marilândia do Sul, localizado à margem da BR-378, por se tratar de via de vital importância para o progresso da região, facilitando, por via de consequência, o escoamento da produção agrícola, notadamente a do café, evitando, por outro lado, o congestionamento que já se faz sentir na PR-74, trecho compreendido entre Londrina à Apucarana.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — José Lázaro Dumont

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os Deputados que êste subscrevem, na forma regimental, requerem a inserção em Ata de um voto de regozijo desta Casa, pela investidura do Prof. Haroldo Souto Carvahido, nas altas funções de Secretário de Educação e Cultura.

Trata-se do reconhecimento dos méritos pessoais do ex-Presidente do Conselho Estadual de Educação, aonde demonstrou inegáveis dotes de homem público por seu gabarito técnico, igualmente por seu valor humano alicerçado num conceito de alta probidade e inequívoca competência.

Existem pois sobejas razões de regozijo — não só de todo professorado paranaense, como do povo de nosso Estado, que se vê prestigiado pela presença de uma personalidade tão marcante, a frente dos destinos de um setor básico do desenvolvimento como é o do ensino.

Sala das Sessões, 23 de março de 1971.

(a) — Xenofonte Villanueva

(a) — Rosario Pitelli

(a) — Marciano Baraniuk

(a) — Francisco Borsari Neto

### PROJETO DE LEI N.º 11-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Escola 29 de Março de Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Igo Losso

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola 29 de Março, situada na Rua José de Alencar n.º 1.509, funciona em Curitiba há quase 20 anos. A Escola, que destina-se a alunos excepcionais, surdos mudos, tem como sua Diretora, a abnegada e dedicada mestra Ruth Schrank, que recentemente esteve em Washington, em Congresso de especialização de suas funções.

Estando convenientemente registrada na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, sob n.º 219, conforme Certidão Anexa, esta Escola sem qualquer propaganda vem no quase anonimato, durante tanto tempo realizando um dos mais meritórios trabalhos, que deve ser reconhecido pelo Poder Público.

Dai as razões pelas quais apresentamos esta proposição, que esperamos mereça a aprovação dos Nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, deputado Fabiano Braga Côrtes.



O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Na tarde de ontem, nesta Casa do Povo, tivemos oportunidade de ouvir a palavra do deputado Nivaldo Krüger, líder do Movimento Democrático Brasileiro. Fêz o Deputado um pronunciamento profundo, um pronunciamento de alto significado, um pronunciamento que nos chamou a atenção pelo interesse do mesmo Deputado para com os problemas do Paraná, para com os problemas do Brasil.

Definiu bem ele a situação em que se encontra o nosso Estado. Na oportunidade não tive ocasião de apartear-lo, mesmo porque o nosso líder, deputado João Mansur, bem como o deputado Armando Queiroz, com muita sabedoria o apartearam, definindo as metas e definindo o pensamento do nosso Governador Haroldo Leon Peres.

Ocupando a tribuna na tarde de hoje venho dar o meu voto de fé no novo Governo. E dando o meu voto de fé apresentarei à Casa um requerimento de congratulações ao novo Governo pela escolha de seu secretário do.

Para que fique marcado o meu pronunciamento e a minha fé no novo Governo, tomo a liberdade de ler a justificativa do requerimento que encaminharei a Mesa.

(Lendo): — “Quando não se está por trás das cortinas, quando se tem a noção perfeita de tudo aquilo que nos rodeia, quando se tem a noção de um mandato a cumprir e da parcela de responsabilidade que nos foi outorgada pelo povo, e confiada pelos governos da Revolução, podemos, com a alma tranquila, fazer nosso primeiro pronunciamento neste segundo mandato que começamos a cumprir.

Faltam-nos alguns companheiros que não conseguiram sua reeleição. Dos bons, guardamos a amizade.

Vieram novos Deputados, vitoriosos nas urnas, que mereceram o voto popular. A eles já dedicamos a nossa simpatia e manifestamos as fraternas boas-vindas.

São novos Deputados que darão a esta Casa o brilho das suas inteligências e sua colaboração para o engrandecimento do nosso Estado que, desde o dia 15 do corrente, tem novo Governador, um Governador da Revolução. E, é a esse Governador que estamos formulando nosso voto de congratulações.

Foi há quase um ano que o Presidente Emílio Médici, 3.º Presidente da Revolução, houve por bem sugerir o nome do então Deputado Haroldo Leon Peres, para Governador do Paraná, nas eleições de 3 de Outubro de 1970. Lembremo-nos que essa indicação não só é do Presidente da República mas, também, de um membro do nosso Partido, como o é o General Emílio Médici, da Aliança Renovadora Nacional.

De lá para cá, se Haroldo Leon Peres era conhecido como homem de Maringá, como ex-deputado estadual, como deputado federal, tornou-se então, conhecido como o novo Governador do Paraná. Em todos os quadrantes do nosso Estado, cidades, vilas e povoados, milhares de paranaenses apertaram suas mãos e ouviram suas palavras, palavras de fé e esperança, de ordem e de progresso.

Eu, que tive oportunidade de, neste último pleito, correr o Paraná acompanhando Sua Excelência o Sr. Governador Haroldo Leon Peres, tive a oportunidade de sentir bem de perto o seu desejo, tive oportunidade de sentir bem de perto a sua vontade de elevar, de fato, o Paraná ao lugar que ele merece dentro da Federação Brasileira, vi a disposição desse homem em elevar o Paraná bem alto no cenário nacional, como disse, para construir, com isso, o Brasil grande, o Brasil bem grande, de fato!

Ao encerrar Srs. Deputados, quero fazer menção ao que o deputado Armando Queiroz ontem mencionou — que o Sr. Governador Haroldo Leon Peres é homem franco, sincero e homem leal. Por esta condição nós estamos

ainda aqui na Assembléia, porque ele é homem que quando diz sim, é sim, e quando diz não, é não.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não pretendo, neste instante em que ocupo pela primeira vez a tribuna desta Casa Legislativa de tradições inúmeras, por onde passaram homens públicos de inteligência rara, não pretendo repito, esconder a minha emoção. É importante que diga o que penso e o que pretendo realizar como deputado.

Venho despido de compromissos com situações políticas, presentes ou passados; compromissos não os tenho, a não ser com a minha própria consciência, com a fé que deposito na democracia e com aqueles que, aceitando a minha mensagem, deram-me um mandato legislativo que pretendo honrar enquanto Deputado; compromissos tenho também com o meu Partido que agora tem, mais do que nunca, em suas mãos, a bandeira da redemocratização deste País. É a responsabilidade enorme de representar os anseios de um povo bom, trabalhador, ordeiro, porém sofrido, que espera melhores oportunidades de uma vida humana.

Creio na democracia. Entendo democracia não apenas para ser cantada, mas para ser vivida. Aqui venho para vivê-la, para executá-la, lutar para aperfeiçoá-la e contribuir para que ela vigore em toda a sua plenitude em nosso Estado. Democrata por formação, venho como homem de oposição ao Governo que se inicia no Paraná, condenar "a priori" o Governo Leon Peres por suas origens, que não têm o consenso da vontade popular. Faço questão absoluta de identificar-me com meus companheiros de bancada como oposição a Haroldo Leon Peres, mas encaro o homem e reputo o Governo como resultante de uma situação de fato e abro mão neste momento da prevenção a que teria direito por não concordar e por nunca ter compactuado com tal forma de se escolher governante. Venho para construir fazendo oposição. Por isso, sr. Presidente e nobres Deputados, passo o apagador sobre tudo aquilo que ocorreu em nosso Estado antes do dia 15 de março de 1971, neste dia em que as rédeas do governo paranaense mudaram de dono e aí está o novo dono trazendo, como já disse, o recado de suas origens e provocando uma expectativa em virtude de certos desatinos cometidos anteriormente à sua posse. Mas não só por estas razões, mas sobretudo pelos compromissos que temos com o povo do Paraná, manteremos uma vigilância permanente, procurando denunciar as irregularidades — Deus queira que elas não aconteçam — repudiando as injustiças com coragem e com realismo, e repudiando também tudo aquilo que venha ferir o Direito. Jamais nós procuramos agradar quem quer que seja, simplesmente pela amizade ou porque queremos algum benefício em particular.

Apesar de tudo isto, fazemos votos, com muita sinceridade, e até mesmo imploramos Sr. Governador...

O SR. PRESIDENTE — Aviso ao nobre orador que falta apenas um minuto para o término do seu tempo regimental.

O SR. ALVARO DIAS — Até mesmo imploramos ao Sr. Governador para que este seja um Governo de paz, de tranquilidade, de trabalho, de pacificação, que se esqueça o ódio e a vingança e se coloque, acima de tudo, os interesses deste Estado paranaense com anseio de desenvolvimento e progresso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, queremos passar às mãos de V. Exa. o requerimento que pretendemos, se aprovado pelos nobres pares, seja endereçado ao Sr. Superintendente Geral do INPS, para

que seja modificada a Portaria que disciplinou o sistema de internamento de emergência

(Lendo):

“REQUERIMENTO: —

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada sugestão ao Senhor Superintendente Geral do Instituto Nacional de Previdência Social, no sentido de que seja revista a Portaria que disciplinou o sistema de internamento de emergência.

A medida adotada por aquele órgão, foge e em muito da realidade, pois determinados casos de doença, que necessitam de internamento imediato, por não estarem prescritos na aludida portaria, são barrados pelo fato o que vem acarretar sérias consequências para os dependentes do INPS.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — ANTONIO BELINATI”

Sr. Presidente e nobres Pares. Houve em todo o Brasil uma gritaria porque filas enormes se formavam às portas do INPS. O infeliz do trabalhador era obrigado a ali pelas quatro ou cinco horas da manhã, dirigir-se às portas do INPS e aguardar sua vez de ser atendido. E quantas vezes aquele pobre voltava para casa sem atendimento. Os gritos foram para que mais médicos estivessem a serviço da população brasileira. E hoje, sr. Presidente, as filas desapareceram, mas acabou também aquele atendimento que o INPS vinha prestando, com deficiência, mas que vinha servindo ao nosso trabalhador. Não podemos entender de quem partiu a nova determinação, mas entendemos que caberá ao sr. Presidente da República e ao próprio Superintendente do INPS revogar esta portaria.

Hoje o trabalhador contribuinte do INPS fica na dependência de que um médico diga se seu caso é ou não de emergência e vemos casos de bronquite asmática, de apendicite, operação de hérnias, e tantas outras operações, tantos males, tanto sofrimento, mas, se o médico entender que não é emergência não atende porque é a nova determinação do INPS.

Falam até que o Instituto pensa em acabar com a assistência médica o que não acreditamos. Por isso entendemos que é a hora de mostrarmos aos dirigentes do INPS os males que esta portaria vem causando, não apenas a Curitiba ou ao norte do Paraná, mas a milhões de contribuintes de todo o território brasileiro, que estão sofrendo, com muitos médicos pretendendo atender, mas que não o fazem porque são proibidos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o pequeno Expediente, deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente srs. Deputados. Inscrevi-me como orador do Pequeno Expediente para tecer algumas considerações a respeito de um assunto momentoso, que vem ocupando algumas colunas do noticiário político dos jornais de circulação nacional, porque compreendo que uma Casa, composta por políticos, por homens que vieram conduzidos pela vontade popular, tem por obrigação até funcional o debate em alto nível das questões políticas que vivem e que são postas à consideração do povo brasileiro.

Por esta razão, e entendendo que esta Assembléia, dentre as suas finalidades, tem o dever e o objetivo de discutir e colaborar com as autoridades federais no encaminhamento de soluções que possibilitem o aceleramento da retomada do sistema democrático em sua plenitude, é que venho tecer estas considerações a respeito da criação do terceiro partido neste País.



Como elemento e como político integrado à bancada da Aliança Renovadora Nacional, quero deixar público a minha alegria e a minha satisfação ao sentir que, dentro em breve, segundo parece, teremos a postular, a pedir e impôr suas idéias ao povo brasileiro mais um partido político, dando assim à nossa gente, aos eleitores dêste Estado e dêste País, mais uma opção.

A necessidade da criação de um terceiro partido político e, quem sabe, de um quarto partido político, está palpável na vivência política que cada um de nós tem. Aí estão as sublegendas permitidas pela Legislação federal como a confessar que dentro dos dois partidos que hoje vivem e onde têm a vida política brasileira, existem correntes de ideologia diferentes.

Por esta razão me pronuncio favoravelmente à criação de um terceiro partido. Não significa jamais isto que desejo abandonar as fileiras da Aliança Renovadora Nacional para ingressar em outra agremiação política. Seria precipitado um pronunciamento meu nesse sentido, uma vez que o noticiário nacional diz que apenas em 31 de março, quando se comemora mais um aniversário da Revolução de 64, os seus líderes virão a público para dizer de seus objetivos, de suas metas a serem atingidas. Uma análise mais profunda dêste terceiro partido na vida política do Estado e na vida política nacional pretendemos fazer após conhecer não apenas seus grandes ideais, não apenas seus objetivos, não apenas a forma jurídica delimitada nos atos que regem a vida do povo, mas a forma de conquista de adeptos dêste partido. E fazemos, quaisquer que sejam êstes ideários, públicos votos para que êste partido busque no povo, no seio popular, sua criação, o seu crescimento, porque entendemos democracia como o povo participando, jamais vindo de cima para baixo, decisões já certas, quando os homens públicos não têm sequer, às vezes, o direito de opinar, de discordar.

Pedimos, publicamente, nesta hora, àquêles que, porventura estejam estudando a formação do partido, que iniciem sua formação partidária pelos prefeitos, pelos vereadores, que sejam ouvidos, com ampla liberdade, os meios políticos da Nação.

Sei também pelas notícias dos jornais que êste partido pretendendo ser revolucionário, defendendo os postulados da Revolução Democrática de 64, dentro dêste sistema, auxiliar a abertura democrática, pregar os mesmos ideais do próprio Presidente da República que pretende, ao entregar seu mandato em 73, entregar ao povo também uma carta política, uma carta política democrática compatível...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que resta apenas um minuto para concluir sua oração.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, terminarei dentro dêsse prazo.

...como dizia, o sr. Presidente da República pretende entregar uma carta democrática compatível com as tradições cristãs do povo brasileiro.

Êste o nosso pronunciamento para felicitar os que tiveram a idéia de, na medida do possível, contribuir com os homens da ARENA, para o crescimento dêsse partido no panorama político, no panorama democrático da vida brasileira.

Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar nesta Casa a presença do sr. Francisco Alves Leal, Vereador de Piên, e também a honrosa presença do Vereador de nossa Capital, sr. Elias Jorge, que aqui se encontram acompanhados do eminente deputado Mauricio Fruet.

Encerrado o pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao sr. deputado Lázaro Dumont, primeiro inscrito.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós queríamos fazer nosso batismo de fogo na tribuna desta Assembléia, trazendo ao conhecimento dos nobres Pares aquilo que desejamos

defender durante os 4 anos que vamos, se Deus quiser, passar juntos nesta Casa. Mas atendendo a um apêlo da classe trabalhadora do Paraná, através de sua entidade de classe, vamos antecipar aquilo que gostaríamos de fazer na semana vindoura.

Trata-se da criação do Tribunal Regional do Trabalho em nosso Estado. Nós gostaríamos de comunicar aos nobres pares que, depois da posse do Presidente Médici, já tivemos oportunidade, por duas vezes, com o Ministro Buzaid e uma vez com o Presidente da República, em Curitiba, quando de sua estada aqui, de interpretar o pensamento da classe trabalhadora do Paraná, solicitando isso que o Paraná, há aproximadamente 20 anos reivindica, para atender melhor e para que não só os trabalhadores, mas a própria classe empresarial tenha assim um órgão de proteção para os seus associados.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Queria cumprimentá-lo pela forma com que V. Exa. traz este problema à Assembléia Legislativa do Paraná. E, ao mesmo tempo, dizer a V. Exa. que de nossa parte contará com todo nosso apoio, para que efetivamente o Paraná tenha uma de suas mais antigas reivindicações, que vem ao encontro não só da classe empresarial, mas de todos os advogados militantes de nosso Estado.

Meus cumprimentos pela iniciativa e sugestão que traz agora.

O SR. LAZARO DUMONT — Muito obrigado, nobre Deputado. Nós gostaríamos de historiar mais um pouco.

Em julho do ano passado, estivemos com o professor Buzaid no Ministério da Justiça, entregando um memorial. E no fim de janeiro, quando estivemos com o sr. Presidente da República, também entregamos outro memorial ao sr. Presidente, baseado nos mesmos termos, que foi assinado também pelas Federações de Trabalho. Isso no ano passado. No dia 13 de março do ano passado, nós tivemos a felicidade de ter uma audiência com o professor Buzaid; o governo do Paraná, através de duas secretarias, do Trabalho e do Interior e Justiça, a Delegacia Regional do Trabalho, os dois Presidentes da Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, o Presidente da Ordem dos Advogados do Paraná e todos os Presidentes das Federações de Empregadores do Estado do Paraná e todas as Federações de trabalhadores do nosso Estado. Nós gostaríamos de dizer, de público, qual é o motivo maior que nos traz à Assembléia para tratar desse assunto.

Em janeiro deste ano, quando estivemos com o Presidente do Tribunal de São Paulo, disse S. Exa. que estranhava que o Poder político do Paraná estivesse tão ausente de uma reivindicação que os trabalhadores há tempos vêm fazendo ao Governo Federal.

Ao trazermos este assunto a esta Casa, foi com satisfação que ouvimos o aparte do deputado Maurício Fruct, dando a sua colaboração ao projeto que irá grandemente beneficiar nosso Estado.

Daqui a quatro dias, no dia 27, haverá nova audiência com o Presidente da República para tratar deste assunto, e novamente nesta tribuna estaremos a fim de pedir o apoio dos srs. Deputados ao requerimento que iremos apresentar solicitando que seja endossado o pedido que será feito ao Presidente da República.

Tivemos o cuidado de fazer um dado estatístico de todo o Paraná relativamente ao número de trabalhadores, ao número de população de determinadas regiões.

Por exemplo, pediríamos uma Junta de Conciliação para Telêmaco Borba e esta área englobaria 14 municípios. O Estado do Paraná foi dividido em 15 regiões, as quais deverão ser atingidas pelas Juntas de Conciliação para que então pudssemos ter o nosso Tribunal do Trabalho.

Talvez a nossa reivindicação seja um tanto antiga e um pouco difícil de ser concretizada porque, infelizmente, o número de processos que che-



gam ao Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo é muito pequeno para justificar esta nossa reivindicação.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou ouvindo com atenção o seu discurso porque reputo de grande importância. Como advogado militante na Capital, gostaria de colaborar com o que V. Exa. está dizendo de que o número de processos que chegam ao Tribunal de São Paulo não justifiquem essa reivindicação. Mas, quando os processos para lá vão, pelo número excessivo que o Tribunal tem para julgar, a demora é tal que as partes preferem fazer acórdos, muitos embora sejam maus acórdos, do que ver seus procesos seguirem para instância superior.

Isto explica a razão pela qual o número de processos é tão pequeno. Na qualidade de titular de um programa de rádio, por várias vezes fizemos esta reivindicação que V. Exa. está a fazer. Hoje, gostosamente, nos somamos ao que V. Exa. diz, ao apêlo e às notícias que traz à tribuna.

O SR. LAZARO DUMONT — Muito obrigado.

O Sr. Domício Scaramella — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Gostaria que V. Exa. informasse se a Junta de Conciliação de Telémaco Borba iria atender as comarcas de Malé e Palmas.

O SR. LAZARO DUMONT — Iria atender as comarcas de Palmas, União da Vitória, Malé e Rebouças.

O Sr. Arthur de Souza — Telémaco Borba teria uma Junta de Conciliação?

O SR. LAZARO DUMONT — É a reivindicação que fazemos.

O Sr. Arthur de Souza — Pensei que já estivesse acertado. Faço, então, côro com V. Exa. porque da mesma forma retornaria a dois municípios que represento nesta Casa, ou sejam, Curiuva e Sapopema.

Sendo também ligado a São Jerônimo, acredito que Telémaco Borba enveria também nesses municípios.

O SR. LAZARO DUMONT — Dentro das estatísticas que nós levantamos, foi preferível estender de Londrina, do que propriamente dito de Cornélio Procopio. Se estamos reivindicando mais doze Juntas, se o Sr. Ministro nos der mais doze Juntas, estaremos reivindicando uma Junta para Cornélio Procopio.

O Sr. Armando Queiroz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado, não é de agora que venho acompanhando todo o movimento, que vai num crescendo, no sentido de criar um Paraná à altura.

Há muitos e muitos anos, a imprensa vem batendo nesta tecla: são entidades de classe, profissionais liberais, são enfim interessados de toda sorte, desde o pequeno trabalhador, que deseja ter perto de si um tribunal cujas judiciais já estejam em fase de recursos. No entanto, este assunto tão palpitante, este assunto que realmente é de grande interesse do Paraná, não tem sido abordado nesta Casa, e, ao ver que V. Exa., já na sua primeira apresentação na tribuna, que é altiva e sagrada, vem abordando matéria tão relevante, eu não posso deixar de me congratular com V. Exa. e quero, desde já, como liberal que sou, advogado militante que fui, estar inteiramente ao seu lado para que, reforçando se possível esse seu trabalho, possa sair desta Casa um trabalho coerente, um trabalho firme, e sintetizar lá aquilo que se pediu, que se falou, que se disse e, realmente, possa o Paraná ter seu Tribunal Regional do Trabalho. Era este o aparte que queria dar a V. Exa.

O SR. LAZARO DUMONT — Obrigado.

Como dizíamos no início, a total ausência do Poder Político que foi notado pelo próprio Tribunal Superior do Trabalho; no fim do ano passado foi convocado pelo próprio Presidente da República, mais 73 Juntas de Conciliação para o Brasil e por incrível que pareça, o Paraná tem apenas uma destas 73, que deveria ser instalada em breve, aqui em Curitiba. Curitiba passaria a ter três juntas. Lamentavelmente este Projeto foi ao Congresso



Nacional e não tivemos a adoção dos nossos Deputados Federais para apoiar e dar mais Juntas de Conciliação ao Paraná.

Se estamos trazendo esta mensagem, que não é do Deputado que vos fala, mas é da classe, não só dos trabalhadores do Paraná mas juntamente com a classe empresarial, nós estamos fazendo com que este apêlo se estenda realmente e eu, como dirigente que sou, eleito, não posso de maneira nenhuma negar que me sinto emocionado ao receber apartes do nobre colega e sinto que o nobre colega irá fazer o seu côro e como foi dito pelo deputado Armando Queiroz, que não se fez côro em outras épocas e que fará neste momento, fazendo com que o Presidente da República e o Sr. Ministro da Justiça aceitem esta reivindicação tão antiga para nós. Nós estamos chegando ao cúmulo das nossas reivindicações, como dissemos ao Presidente da República e ao Sr. Ministro da Justiça, este é um Governo que está desenterrando coisas passadas, reivindicações antigas, como o caso do programa de reintegração social, que há muito tempo está na Constituição Brasileira. Estamos realmente confiantes e, aqui desta tribuna, aquilo que dissemos ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Justiça nós esperamos que, neste ao de 71, o Paraná possa ter esta reivindicação tão almejada, tão ansiosa, fazendo com que empregados e empregadores cresçam cada vez mais e, quando entrarmos com uma ação na Justiça comum, não se crie um mal estar do empregado e do empregador que esperam três, quatro ou cinco anos o processo se desenvolver, fazendo com que, para ter estes maus acórdos, haja briga entre os mesmos empregados e empregadores. Ontem, no quadro que foi trazido a esta tribuna pelo nobre deputado Nivaldo Krüger e que, para alguns deputados, se tornou como um pessimismo e que, para outros, tem fundo de pessimismo, para mim tem realismo muito grande, porque vivo dentro desta classe que está aí e que precisa do amparo do Governo. Como subsídio, de minha parte gostaria e dizer ao sr. deputado Nivaldo Krüger que tudo o que ele disse sobre o empobrecimento do Paraná, uma coisa de muito grande é a transformação das grandes fazendas. Há cinco ou seis anos tínhamos férteis, fertíssimas invernadas, fazendas, com centenas de casas, enquanto que agora estes trabalhadores residem em favelas na cidade. Isto é causa de empobrecimento para a nossa região, principalmente a nossa região, que é o Norte do Paraná.

Um Sr. Deputado — Foram para a transamazônica.

O SR. LAZARO DUMONT — A transamazônica está dentro do Plano Nacional. Pior é quando estas famílias vão para o Paraguai.

O Sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não acompanhei todo o pronunciamento de V. Exa. porque tive que me retirar por alguns instantes, mas vejo que o assunto tratado é de grande importância. Agradeço as referências que fez ao nosso pronunciamento de ontem e quero reafirmar minha solidariedade ao ponto de vista de V. Exa., muito especialmente pela preocupação de V. Exa., com um líder de classe, um líder classista, um homem atuante, pela preocupação que tem em fixar o homem no território de nosso Estado. Para nós não serve a solução da evasão. Serve a solução do Paranaense ficar no Paraná, vivendo e criando aqui sua família, realizando-se economicamente como pessoa humana, no território do Estado. Assiste o Rio Grande do Sul um quadro triste. O Governador daquele Estado dizia um dia, em Vacaria, que é conhecida como a fronteira do Rio Grande do Sul, que assistia com tristeza a poeira levantada pelos veículos que vão levando as mudanças daquele Estado. Imaginem o drama do homem que se evade por falta de serviço, por falta de condições de se fixar no Estado. Minha solidariedade ao ponto de vista de V. Exa.

O SR. LAZARO DUMONT — Obrigado. Em vista de tanto apoio quero dizer que dia 27 não estaremos em Brasília em audiência com o sr. Presidente da República, mas estará representado o Paraná pela Federação de Estabelecimentos Bancários, requeremos à Assembléia que apoie requerimento

ao Ministro da Justiça, dizendo que os Deputados do Paraná, independentemente de Partidos, estão a favor desta reivindicação que a classe empresarial está há tanto tempo esperando para o Estado, que é a criação do Tribunal Regional do Trabalho. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador do Grande Expediente, deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados. Apresentamos hoje requerimento à Mesa, sugerindo ao sr. Secretário de Educação duas medidas, a primeira delas instituindo cursos de férias nos balneários e demais cidades do Estado, sob a orientação de professor de educação física. (Lendo):

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o plenário, officie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Educação, sugerindo à S. Exa., que se digne determinar ao Departamento competente os estudos necessários para a realização de:

1.o) — Cursos de férias, nos balneários e demais cidades do Estado, sob a orientação e supervisão de professores de educação física;

2.o) — A recuperação de todas as canchas de bola ao cesto, volei e futebol de salão existentes nos estabelecimentos de ensino oficiais, bem como a construção de pelo menos 100 (cem) canchas anualmente, para a prática destes esportes, possibilitando, desta forma, a existência de pelo menos uma cancha em cada Município e nos principais estabelecimentos de ensino do Estado.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1971.

(a) — Maurício Fruet

#### JUSTIFICATIVA:

Com relação ao item 1.o

A Secretaria de Educação e Cultura, mediante convênio com a Faculdade de Educação Física, já promoveu cursos de férias nas praias do nosso litoral, com excelentes rendimentos e repercussão.

Sob a orientação de alunos e professores de Educação Física, centenas de crianças receberam noções de natação e, simultaneamente, tiveram oportunidade de se distrair de forma sadia.

O mesmo ocorreu, também, em Curitiba e outras cidades do Paraná.

Ocorre que a promoção destes cursos, denominados de "férias", exige planejamento a longo prazo, a começar pela destinação de competentes verbas, equipamentos e pessoal habilitado, sendo necessário, portanto, que as providências sejam efetuadas a partir de agora, razão pela qual apresentamos a sugestão, neste momento.

Com relação ao item 2.o:

Os professores de Educação Física estaduais, altamente habilitados, por falta de condições mínimas de equipamentos na quase totalidade dos estabelecimentos de ensino do Estado, estão impossibilitados de transmitir a seus alunos os conhecimentos adquiridos.

Os reflexos desta falta de atenção por parte do Estado, se fazem sentir nas atuações internacionais de nossos atletas, pois, se de um lado o Brasil obteve grandes conquistas no setor de futebol, graças exclusivamente aos esforços desenvolvidos pelas diretorias das associações esportivas, nos outros esportes nossa presença, via de regra, é inexpressiva, citando-se, como exemplo, a campanha brasileira nas últimas Olimpíadas internacionais.

É evidente que cada Estado tem obrigação de colaborar para o aperfeiçoamento físico de seus cidadãos, e o Paraná, com sua expressão econômica e populacional no cenário nacional, precisa cumprir com sua obrigação.

Infelizmente, o que se observa em todos os Municípios é a absoluta falta de estímulo e incentivos neste sentido. A grande maioria dos estabelecimen-



tos de ensino não possuem o mínimo de equipamento para a prática de educação física e, os que possuem, deixam muito a desejar.

Se colocada em prática a proposição acima, em pouco tempo a deficiência será sanada, com a recuperação das canchas existentes e a construção de novas, cobrindo, num prazo de quatro anos, todos os Municípios do Estado.

Como consequência da adoção desta política, somente resultados positivos serão obtidos, alcançando-se, em sua plenitude a reconhecida máxima "Mens sana in corpore sano".

Sr. Presidente, srs. Deputados, com relação ao item número 1, não poderíamos deixar de fazer referência ao ilustre deputado Cândido Martins de Oliveira que, no exercício da elevada posição de Secretário da Educação e Cultura, instituiu curso de férias, em Curitiba e no litoral, que tiveram grande repercussão e grande rendimento. Aproveitando os momentos de folga das crianças de nosso Estado, estes cursos possibilitam a formação de atletas que, mais tarde, poderão representar o esporte paranaense no panorama nacional e até internacional.

E o segundo item de nosso requerimento, pede a construção de canchas nos estabelecimentos de ensino do Paraná, ou a recuperação das já existentes.

Infelizmente, em todos, ou quase todos os estabelecimentos de ensino, são fornecidos equipamentos aos professores de Educação Física, insuficientes ao atendimento aos escolares. E dizemos infelizmente, porque muitos equipamentos estão abandonados e sem condições para seu uso. E o pior é que existem muitas escolas de nível secundário sem quaisquer desses equipamentos.

A Escola de Educação Física do Paraná forma professores altamente habilitados para exercerem suas atividades em nosso Estado. Porém os mesmos não encontram, por parte do Poder Público, condições para dar pleno rendimento ao seu trabalho.

Gostaria de lembrar que nós somos tri-campeões mundiais de futebol. E, realmente, o futebol brasileiro é o mais respeitado do mundo. Porém, os expressivos índices alcançados no futebol se devem, única e exclusivamente, à iniciativa privada; não contaram e não contam com qualquer apoio por parte do Poder Público.

Acontece que nas competições esportivas, haja visto na última Olimpíada internacional, nossa participação foi prejudicada, porque, na realidade, o Poder Público não dá a devida assistência às atividades esportivas.

Por esta razão, achamos necessário, e cremos mesmo ter o Estado do Paraná a sua quota de responsabilidade na participação e na formação dos atletas, para que os mesmos possam representar nosso País em competições internacionais.

Por essa razão, levamos a sugestão ao sr. Secretário de Educação e Cultura para que recupere cem canchas nos estabelecimentos de ensino do Estado, por ano, e em quatro anos todos os municípios terão seus estabelecimentos de ensino com canchas de esporte.

Muito obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ao assumir novamente esta tribuna, porque por aqui já passei por duas legislaturas, quero, primeiramente, agradecer aos eleitores do Paraná, principalmente aos de minha região, dos quais tive a honra de receber tantos votos.



Pretendo, sr. Presidente, srs. Deputados, justificar dois requerimentos que acabo de encaminhar à Mesa, para dizer que o requerimento em que faço um apêlo à Direção da Copel, para que estenda a energia elétrica ao município de Palmas. Quero fazer um apêlo aos nobres Deputados, solicitando o seu incondicional apoio, porque nós que conhecemos aquele Município, município tradicional como é o de Palmas, vizinho, por assim dizer, do município de União da Vitória, que está necessitando desse melhoramento por parte do Governo do Estado, é um dos poucos que ainda não o possui.

Este é o apêlo que faço encarecidamente, para que seja transmitido ao sr. Diretor da Copel, a fim de que, no menor prazo possível, sejam feitos os estudos para que essa energia, que demanda de União da Vitória de Salto Grande do Iguaçu, chegue ao município de Palmas.

O sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Assisto com grande satisfação o pronunciamento de V. Exa., quando demonstra preocupação pela solução de um dos mais graves problemas que afligem a população e a municipalidade de Palmas. Gostaria, como subsídio a V. Exa., de esclarecer que já existe em tramitação junto aos órgãos do governo do Estado, um processo que objetiva a transposição da usina atualmente existente, de propriedade do município de Palmas, para os órgãos do Estado. Esse processo tramitou pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica e, hoje, se encontra, para despacho final, junto à Diretoria da Copel, objetivando, exatamente, o que pede o seu requerimento que a Copel adquira para propriedade sua o maquinário atualmente existente na usina de Palmas, e interligue ao sistema de distribuição de energia elétrica estadual, também o município de Palmas. V. Exa. merece, e faço público aqui, o meu apoio a sua preocupação em solucionar esse grave problema daquele Município do Sudoeste paranaense.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte de V. Exa. e tenho certeza do seu apoio, não só como Deputado a esta Casa, mas também como filho de União da Vitória, um dos Deputados que irá colaborar conosco em tudo aquilo que for necessário para aquela região.

Quero declarar que vou me pronunciar por diversas vezes e que preciso do apoio de todos os srs. Deputados da Arena e do MDB, porque nossa região necessita de muitas coisas, entre as quais, energia elétrica.

Agradeço o aparte e tenho certeza que vamos conjugar juntos para o melhoramento do município de Palmas.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Inicialmente meus cumprimentos pela preocupação de V. Exa. em dar solução a um dos mais graves, e quero crer, o mais sentido problema da tradicional comunidade, que é para o Sudoeste paranaense, o município mater. Desejo tão somente dar a V. Exa. alguns subsídios acerca desse problema.

Lembro-me, sr. Deputado, que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, quando da inauguração da usina de Salto Grande, pretendeu a interligação da usina de Chopim 1, situada no município de Pato Branco. Ocorre que, quem mantinha concessão para exploração e distribuição dos serviços de energia elétrica no município de Palmas, era uma concessionária, uma sociedade privada, não possibilitando, portanto, à administração do município, a assinatura do convênio necessário para que Palmas integrasse o sistema geral do Estado do Paraná. Foram feitas várias tentativas no sentido da interligação de Salto Grande com Chopim 1, beneficiando não só Palmas mas também Clevelândia, como também todo o serviço de energia elétrica a cargo da Prefeitura Municipal.

Lembro-me das tentativas que as autoridades municipais fizeram junto à Copel no sentido de solucionar o problema.

Foi proposto, também, a indenização do montante do valor da usina para que, atribuindo-se então a concessão à Copel, pudesse ela partir para a realização daqueles serviços.

Mais tarde, pretendeu-se solucionar o problema do mesmo modo que foi solucionado o problema do município de Barracão, conseguindo-se da Celesc, Centrais Elétricas de Santa Catarina, uma concessão de energia elétrica, em bruto, para que a Prefeitura distribuisse.

Agora vem V. Exa. com muita objetividade, com muita oportunidade, abordar este problema que, temos certeza, terá de todos nós apoio incondicional. Basta, tão somente, que se encontre a forma legal para que a Copel possa realmente investir naquele Município.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre deputado Ivo Tomazoni. Quero dizer que o mesmo fato aconteceu em União da Vitória. A firma distribuidora de energia elétrica, naquele Município, é particular e fez um convênio com a Copel e hoje estamos satisfeitos, temos energia à vontade. Queira Deus que isto aconteça na cidade de Palmas e acho que se todos os Deputados se irmanarem essa Cidade, dentro em pouco, receberá este benefício. É uma calamidade pública. Os ilustres Deputados que me apartearam conhecem aquele problema como eu conheço.

Agradeço e tenho certeza que voltaremos aqui, todo o momento que se fizer necessário, para debater este assunto.

Quero lembrar que já apresentei um requerimento com referência à estrada União da Vitória ao Sudoeste. Hoje, apresento um requerimento referente à estrada que demanda de União da Vitória ao município de Bituruna, ligando o município de Palmas a Bituruna.

Com muita honra vi que o deputado Cândido Martins de Oliveira ontem apresentou um requerimento solicitando que fosse asfaltada a estrada que vai de União da Vitória ao Sudoeste. O meu apelo é no sentido de que seja conservada esta estrada, por enquanto. Quando for aberto o trânsito de Curitiba a União da Vitória pela BR-466, ficaremos sem qualquer ligação com o Sudoeste, porque hoje, por incrível que pareça, a estrada que demanda União da Vitória ao Sudoeste está em péssimas condições, está em condições piores do que estava há quinze anos atrás quando União da Vitória era a porteira do Sudoeste, quando os ônibus transitavam sem correntes e os veículos pequenos não usavam correntes e nem tração nas quatro rodas. Hoje é necessário que os ônibus usem correntes nas quatro rodas e nas rodas dianteiras e os veículos de pequeno porte têm também que usar correntes.

O meu requerimento é no sentido de que o 4.º Distrito Rodoviário imediatamente inicie a conservação dessa estrada.

Outrossim, haveremos de nos bater pelo requerimento do ilustre deputado Cândido Martins de Oliveira para que seja iniciado o asfalto. Entretanto, em primeiro lugar, será necessária a conservação da estrada para que União da Vitória e toda a região não fique isolada.

Quero lembrar, neste instante, que pertencemos ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro e não estamos aqui nesta Casa para fazer críticas demagógicas, estamos aqui para cooperar com o Governo do Estado naquilo que vier beneficiar o Estado, naquilo que vier beneficiar a coletividade e, aquilo que não estiver certo, nós, como advogados do povo junto aos Órgãos governamentais, apelaremos ao Governo ou aos Órgãos constituídos para que, junto com os demais Deputados que representam a Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, nós dê o apoio para as devidas providências. Isto dizemos, porque estamos numa fase nova, de instalação de um novo Governo que, o quanto mais, parece, quer acertar.

Desejamos felicidades ao novo Governo. Que acerte, mas que acerte mesmo, para pôr um paradeiro em vésperas de eleições quando estão viciados os Órgãos constituídos a fazerem campanhas com os cofres públicos.

Quero deixar aqui bem claro que, aquilo que for possível denunciar desta tribuna, em favor do povo e do Estado, o será.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao sr. deputado Arthur de Souza.

O SR. PRESIDENTE — Não se encontrando presente o sr. Arthur de Souza, concedo a palavra, ao sr. deputado Muggiatti Filho.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Tive a honra de encaminhar a esta Casa, um requerimento de natureza regional, mas que diz respeito, social e economicamente falando, aos interesses do Estado. Trata-se da pavimentação da rodovia Arapongas-Astorga; esta rodovia que já se encontra com a sua terraplenagem pronta há longa data, tem sido alvo de objeto — e é isso de conhecimento de toda a região — dos mais desencontrados comentários, isso porque, sempre que em Arapongas ou Astorga se faz sentir já de longa data a presença do Chefe do Poder Executivo Estadual, um prazo máximo de 30 ou 60 dias tem sido marcado para o início dessas obras. Nós tivemos a oportunidade de constatar, de presenciar, de testemunhar a última promessa governamental feita e que, nós temos a impressão, se não cumpriu em razão da ausência de verbas orçamentárias, feita pelo ex-Governador do Estado, dr. Paulo Pimentel, 60 dias antes das últimas eleições estaduais. Como o tempo está decorrendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e a obra já constando do Orçamento sob a dotação 71-42-62-03-0, não teve o seu início e, como o Estado tem dinheiro nesta estrada, fazendo equipamento para a colocação do piso inferior, nós entendemos de bom alvitre, através desta Casa, pedir solicitar com o devido respeito aos órgãos competentes que cumpram o que se acha determinado em lei. Sabemos também que os períodos de transição são de dificuldades para a execução de obras mas, levando-se em consideração ainda que esse pedido visa não somente concretizar uma velha e justificada aspiração daquelas duas comarcas de real importância para a nossa economia, por significar ainda que a pavimentação desta estrada irá diminuir o tráfego da BR 269, no trecho que demanda Arapongas-Maringá e diminuirá em muito, porque o fluxo poderá ser feito de toda a região acima de Arapongas, ou seja, de Londrina por esta estrada e, quando se sabe, Srs. Deputados que neste trecho Londrina-Maringá diariamente se registram vários acidentes por excesso de tráfego, pelo volume enorme de tráfego, havendo trechos nesta estrada considerados os de maior movimento em todo o país.

É válido, data vênua do que venham a entender V. Exas., este requerimento, para que se inicie esta obra já com dotação orçamentária, para que se atenda principalmente a este dispositivo de Lei que é a Lei Orçamentária votada e aprovada por esta Casa. Além disto, Srs. Deputados, gostaria de fazer um requerimento verbal a esta Mesa, a Mesa desta Sessão, no sentido de que, principalmente nós, que estamos integrando de agora o Poder Legislativo, possamos nos assegurar contra qualquer eventualidade e mesmo nos informar melhor a fim de que tenhamos firmada uma consciência do conjunto que tramita por esta Casa em matéria de legislação.

Nestas condições, Sr. Presidente, vou requerer à Mesa, tendo em vista ainda que, se não houver mal, Sr. Presidente, solicitou o Poder Executivo a inclusão na Ordem do Dia dos nossos trabalhos, de um Projeto do ano de 67. Se isto ocorrer realmente, se não estou laborando em equívoco, esse projeto tramita pela Casa há quatro anos. Nós não temos consciência do número, do volume de projetos em andamento por esta Casa e acredito que é um dever nosso informar ao povo sempre que solicitados ou não, do andamento desses projetos. Portanto, Sr. Presidente, no sentido de atender às necessidades expostas, solicito de V. Exa. as providências necessárias a que cada um dos membros desta Casa receba uma relação, na qual se achem especificados todos os projetos de lei em andamento nesta Casa.

Era o que tinha a requerer a V. Exa. e o faço verbalmente, na forma regimental. (Sem revisão do orador).



O SR. PRESIDENTE — A Mesa providenciará e encaminhará a todos os srs. deputados a relação solicitada por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 40 srs. Deputados.

... Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao vereador Edgar Felipe Dantas Pimentel, pela sua dinâmica e esclarecida atuação como Prefeito Municipal de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Brasga Côrtes, constante do Expediente, solicitando voto de congratulação ao Exmo. sr. Governador Haroldo Leon Peres pela escolha do seu Secretariado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Piteli, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao sr. Governador do Estado pela feliz escolha do sr. Carlos Afonso Meissner Osório. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário dos Transportes e ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao sr. Superintendente Geral do Instituto Nacional de Previdência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Sadi Correa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, ofício — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário de Educação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Marciano Baraniuk, constante do Expediente solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário de Estado dos Negócios de Viação e Obras Públicas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Secretário de Educação e Cultura — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. deputados Xenofonte Villanueva, Rosário Pitelli, Marciano Baraniuk e Francisco Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo, pela investidura do Prof. Haroldo Souto Carvalhido. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado José Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Álvaro Dias, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante de expediente de sessão anterior, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, integrada por sete elementos, com o objetivo de estudar os problemas relacionados ao incentivo, amparo e desenvolvimento do nosso Estado na área econômico-social. — **Aprovado.**

**O SR. PRESIDENTE** — Solicito aos srs. Líderes de Bancada que indiquem o nome dos srs. Deputados para comporem a Comissão Especial solicitada pelo deputado Nivaldo Krüger. São 6 Deputados da Arena e 1 do MBD.

Esta Presidência comunica que o livro de inscrição de oradores para o Pequeno e Grande Expediente, no período da manhã, ficará junto à 1a. Secretaria.

**O SR. PRESIDENTE** — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta feira à Hora Regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 149-70;

**3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 291-70;

**2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 303-70;

**1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 17-69 e de Lei n.º 3-71.

Levanta-se a Sessão.

**ATAS DAS COMISSÕES: —**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

Aos vinte e dois dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e hum, às dezessete horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a COMISSÃO DE ORÇAMENTO registrando-se a presença dos seguintes senhores Deputados: Paulo Poli, Jorge Sato, Fuad Nacli, Fabiano Braga Côrtes, Basílio Zanusso, Francisce Borsari Neto e Nivaldo Krüger. De acôrdo com o que determina o Regimento Interno, assumiu a presidência o Deputado Paulo Poli, na condição de mais idoso dentre os presentes. Abrindo a sessão, o Deputado Paulo Poli diz que em virtude da presença de todos os membros da Comissão torna-se possível a eleição de seu presidente, colocando livre a palavra. O Deputado Jorge Sato, fazendo uso da mesma, indica o nome de seu companheiro de bancada — Deputado Fabiano Braga Côrtes — para Presidente da Comissão de Orçamento. Consultados os demais componentes sôbre o nome indicado, todos foram unânimes em aprová-lo. Não havendo pois divergência alguma, foi o Deputado Braga Côrtes eleito por aclamação. Assumindo a presidência dos trabalhos, o Dep. Braga Côrtes agradece aos seus pares a confiança nele depositada, deixando livre a palavra. O Deputado Nivaldo Krüger, sugere que seja marcada nova reunião da Comissão de Orçamento para amanhã, nesta mesma hora, para que se proceda a indicação dos nomes para ocuparem a vice-presidência e Relator da matéria, devendo também, ser indicado o Secretário desta Comissão. Aceita a sugestão o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, sendo lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Elcy Silva que a secretariei.

Sala das Comissões, em 22 de março de 1971

(aa) **FABIANO BRAGA CÔRTE**S — Presidente

**ELCY SILVA** — Secretária do C. A.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**7a. LEGISLATURA**

**1a. SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA**

**ATA DE INSTALAÇÃO**

As dezesseis horas e trinta minutos do dia vinte e dois do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e um na Sala de Reuniões desta Assembléia, realizou-se a Reunião de Instalação da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados, Membros desta Comissão, Acyr José, Arthur de Souza, Armando Queiroz, Cândido Manoel, Igo Losso, Emilio Carazzai, José Muggiati Filho, Gilberto Carvalho, Odilon



Reinhardt, Mauricio Fruet e Wilson Brandão. De acordo com o parágrafo único do art. 40 do Regimento Interno, o Deputado Emilio Carazzai preside a sessão, declarando instalada a Comissão e pedindo aos Senhores Membros a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente desta Comissão. Esclarece, o deputado Emilio Carazzai, que conforme o Regimento Interno a votação deve ser feita por escrutínio secreto, esclarece, ainda, que a Vice-Presidência sempre coube a oposição e como norma faz a sugestão que o Vice-Presidente seja do M.D.B., para caracterizar melhor a representação da proporcionalidade. Sugestão aceita pelos presentes. O deputado Armando Queiroz solicita esclarecimentos sobre a votação: se por escrutínio secreto ou não. O deputado Igo Losso pede que se submeta a votação dos presentes. Feita a votação: vence a proposta do Senhor Presidente: eleição feita por escrutínio secreto. O deputado Armando Queiroz sugere que a sessão seja suspensa por dez minutos, a fim das bancadas reunirem-se para a indicação dos candidatos. Sugestão deferida pelo Senhor Presidente e aceita pelos Senhores Membros. Após decorrido os dez minutos, é reaberta a sessão para realizar a votação. Feita a votação, recolhidos os votos, o Senhor Presidente, Emilio Carazzai, designa os Senhores Deputados Acyr José e Wilson Brandão para comporem a Comissão de Apuração. O Deputado Acyr José relata: onze deputados que compõem a Comissão, onze votos, assim distribuídos: Deputado Wilson Brandão: dez votos para Presidente; deputado Emilio Carazzai: um voto para Presidente; deputado José Muggiati Filho: onze votos para Vice-Presidente. Eleito o Deputado Wilson Brandão, que ocupa a Presidência da sessão e usa da palavra, tecendo considerações sobre a eleição de sua pessoa, propondo-se a dar à Comissão todo o esforço e trabalho e dar aos seus membros condições que possam exercer com dignidade suas funções. Esclarecendo que foi com surpresa que recebeu o voto do Deputado Armando Queiroz, que demonstrou maturidade política ao manifestar seu voto de acordo com a vontade do partido. O deputado Armando Queiroz solicita um aparte que é dado, e explica que o seu voto não foi de maturidade política e sim voto da maioria. O deputado Arthur de Souza explica que o Senhor Presidente, dep. Wilson Brandão, equivocou-se no termo. O deputado Emilio Carazzai aparteia-o, esclarecendo que há 16 anos faz parte desta Comissão e que sempre se conduziu com bastante eficiência e por isso votou nele próprio para ocupar a Presidência da Comissão, e não associou-se ao voto da maioria dos membros, deixa claro que sua participação será sempre a mesma: eficiente. Volta a falar o Senhor Presidente dizendo ainda, que aqui é o poder do povo e assim será dirigido, e que esta Assembleia é a vida de seus membros. Referindo-se, ainda, ao voto do dep. Armando Queiroz, disse que é voto do partido, que o deputado é homem do partido. O deputado Emilio Carazzai aparteia-o perguntando se o seu nome fôra vetado pelo partido? Afirma que ele também é homem do partido. Continuando, o Senhor Presidente, agradece mais uma vez seus colegas e coloca-se à disposição de todos os membros desta Comissão. Em seguida o Senhor Presidente solicita o projeto de Lei de n.º 3-71, e designa para relatar do mesmo o deputado Armando Queiroz, notificando que o Projeto em apêço se encontra em regime de urgência e é matéria de mensagem governamental. O Senhor Vice-Presidente pede a palavra a fim de agradecer a votação recebida e afirma que a oposição é uma peça do regime democrático. O deputado Igo Losso pede a palavra para justificar sua decisão, que seu voto foi o voto da maioria dos membros, tece considerações ao grande trabalho do deputado Emilio Carazzai na Presidência desta Comissão, propondo voto de regozijo e louvor ao Deputado Emilio Carazzai. Voto que é de imediato apoiado por todos os membros, inclusive pela bancada do M.D.B. O Senhor Presidente encerra a sessão, marcando reunião extraordinária para amanhã, terça-feira, logo após o término da Sessão Plenária e de acordo com a maioria presente, determina que as reuniões ordinárias desta Comissão realizar-se-ão todas as quarta-feiras, após a Sessão Plenária. Para constar dos trabalhos,



lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim, Secretária pelo Senhor Presidente e pelos demais membros presentes.

(aa) Assinatura ilegível — Presidente ,

(aa) Assinatura ilegível — Secretária

Seguem sete assinaturas ilegíveis.

#### COMISSÃO DE TURISMO

Aos vinte e três dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e hum, às dezessete horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Turismo, registrando-se a presença dos seguintes senhores deputados: — Jorge Satto, Basilio Zanusso e Gabriel Manoel, estando ausente o deputado Arizone Araujo. Foi indicado pelos presentes o nome do deputado Jorge Satto, para Presidente da Comissão, e posteriormente aprovado. Assumindo a presidência dos trabalhos, o deputado Jorge Satto agradece aos seus pares a confiança nele depositada, deixando livre a palavra. Não havendo quem quisesse fazer uso da mesma, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente Ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Maria Stella do Amaral Gurgel, que a secretariei.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1971.

(a) JORGE SATTO — Presidente

(a) Maria Stella M. A. Gurgel — Secretária da C. T.